

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ALIMENTOS
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS

LIVIA KEIKO NAGAO DE MEDEIROS

**LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
MUNICÍPIO DE CASTRO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PONTA GROSSA

2016

LIVIA KEIKO NAGAO DE MEDEIROS

**LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
MUNICÍPIO DE CASTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Diplomação, do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos do Departamento Acadêmico de Alimentos – DAALM – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katya Cristina de Lima Picanço

PONTA GROSSA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO
LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
MUNICÍPIO DE CASTRO

por

LIVIA KEIKO NAGAO DE MEDEIROS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 27 de junho de 2016 como requisito parcial para a obtenção do título Tecnólogo em Alimentos. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof.^a Dr.^a Katya Cristina de Lima Picanço
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sabrina Ávila Rodrigues
Membro titular

Prof.^a Dr.^a Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo
Membro titular

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso

*Nothing is more degrading than hunger, especially when man-made. It breeds anger,
social disintegration, ill health and economic decline.*

(KI-MOON, Ban, 2008)

Nada é mais degradante que a fome, especialmente quando causada pelo homem. Ela gera
raiva, desintegração social, problemas de saúde e declínio econômico.

(KI-MOON, Ban, 2008)

RESUMO

MEDEIROS, Livia Keiko Nagao de. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Castro. 2016. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Alimentos – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2016.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a aplicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) no município de Castro – Paraná, através das ações dos órgãos públicos responsáveis pela atuação da mesma. A LOSAN expõe que a alimentação adequada é um direito dos cidadãos, bem como uma forma digna de viver. Foi realizada uma pesquisa de campo em forma de entrevistas com os órgãos públicos responsáveis por auxiliar famílias vulneráveis, sendo eles os Centros de Referência de Assistência Social e a Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social. Entre os resultados obtidos foram discutidos diversos aspectos da fome e da vulnerabilidade na cidade e analisados estudos específicos sobre a compreensão desse fenômeno para auxiliar na sua resolução.

Palavras-chave: LOSAN. Fome. Pobreza. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

MEDEIROS, Livia Keiko Nagao de. Organic Law of Food Security and Nutrition in the city of Castro. 2016. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Alimentos – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2016.

The objective of this study was to analyze the application of the Organic Law of Food Security and Nutrition (LOSAN) in the city of Castro – Paraná, through the actions of the public agencies responsible for the performance of the same. LOSAN states that adequate food is a right of citizens and a dignified way of living. A field research in the form of interviews was performed with the public agents responsible for assisting vulnerable families, such as the Social Assistance Reference Centers and the Municipal Secretariat of Family and Social Development. Between the obtained results several aspects of hunger and vulnerability in the city were discussed and specific studies were analyzed to comprehend this phenomenon to help on its resolution.

Key-words: LOSAN. Hunger. Poverty. Social Vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Políticas públicas de maior impacto em Castro de acordo com os entrevistados.....	18
Figura 1 – Relação entre os ciclos de renda e a falta de trabalho.....	22
Quadro 2 – Resumo das Respostas ao Questionário Sobre as Situações de Vulnerabilidade e Fome em Castro.....	23

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASTRO.....	13
1.1 VULNERABILIDADE E LOSAN	13
CAPÍTULO 2. APLICAÇÃO DA LOSAN EM CASTRO.....	15
2.1. VULNERABILIDADE EM CASTRO	16
2.2 A ASSISTÊNCIA DOS CRAS.	18
CAPÍTULO 3. A VULNERABILIDADE E SUA INSERÇÃO NA REALIDADE SOCIAL DE CASTRO	23
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE A: ENTREVISTA.....	31
ANEXOS: ANOTAÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	32

INTRODUÇÃO

O município de Castro localiza-se na região Centro-Oriental do Estado do Paraná, também conhecida como Região dos Campos Gerais. Possui uma população de 70.454 habitantes e tem como base econômica, principalmente a atividade agropecuária (IBGE, 2014).

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Castro, a cidade exerce importante função econômica no Estado e nos Campos Gerais. Isso porque produz grande quantidade de soja, milho, feijão, arroz, gado, suínos e aves. Além disso, é considerada a principal Bacia Leiteira do país devido à quantidade e qualidade de gado leiteiro existente (PREFEITURA, 2015).

Em Castro, a situação de vulnerabilidade social é muito grande. O assunto inclui a questão da fome e especificamente neste trabalho, será tratada a questão das políticas públicas de combate a essa situação em Castro, e conseqüentemente, à vulnerabilidade social.

A fome é uma percepção experimentada pelo ser humano, quando há necessidade de abastecer seu corpo com água e alimentos, a fim de sobreviver, passa a ser conhecida. No entanto, ela vai além de um fator meramente químico ou fisiológico. Isto é, quando não há acesso à alimentação, a fome passa a ser também uma questão social e política. Quando momentânea, a fome é conhecida como aguda. Porém, quando existe uma carência de nutrientes e energia diárias, ela passa a ser crônica.

De acordo com Josué de Castro (1967), geógrafo e médico estudioso da fome no Brasil, essa necessidade é: “a expressão biológica de males sociológicos”. Para ele, é um fenômeno relacionado com o subdesenvolvimento de tais regiões. Esse autor não partilha da concepção de que a fome está relacionada com a superpopulação. Sendo assim, tornou-se necessário o entendimento da fome como resultado de vários fatores como os econômicos e políticos, que ainda afetam grande parte das populações (FREITAS, 2003).

Se, em tempos passados, a fome era considerada apenas uma questão clínica, causada pela falta de alimentos e nutrientes, a mudança na concepção possibilitou que fosse como de caráter político, o direito de todos os seres humanos a terem acesso à alimentação, passando a ter uma amplitude maior (FREITAS, 2003).

Através do entendimento da fome, foi possível determinar que a questão da pobreza se enquadra como uma dificuldade do indivíduo de se alimentar adequadamente. As dificuldades

de obtenção ou não dos alimentos provém do desenvolvimento social vigente e está diretamente ligado com o grau de vulnerabilidade de uma pessoa (PINHEIRO et al., 2010).

Para compreender o conceito de vulnerabilidade, Leão et al., (2013) afirma que ela está relacionada com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sendo que a questão da garantia ao acesso à alimentação deve ser solucionada, para que os indivíduos possam desfrutar de outros direitos indispensáveis à sua existência (LEÃO et al, 2013).

Como a alimentação passa a ser um direito, essa ligação - alimentos e direitos - é a necessária para uma vida mais digna. Dentro dessa ideia se insere a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.

Quando existe a SAN, é mais difícil que haja situação de vulnerabilidade. Isso porque o indivíduo que está bem alimentado e nutrido tem a capacidade de buscar a sua autonomia e lugar dentro da sociedade. No entanto, quando não existe a SAN, provavelmente é porque a situação de fragilidade e vulnerabilidade é alta. Portanto, são necessárias medidas que tirem o indivíduo dessa condição e façam com que obtenha um padrão de vida aceitável.

Na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, em seu artigo XXV deixa claro que:

Art. XXV: 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

A adequação do Brasil à SAN não foi historicamente bem sucedida. No entanto, a partir de recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN) ou Lei N°11.346, de 15 de setembro de 2006 foi elaborada a fim de erradicar a insegurança alimentar no país (BEZERRA et al., 2014).

A LOSAN determina que sejam geradas ferramentas no combate à fome, para que toda a população possa viver dignamente, fora da linha da pobreza. Assim, gradualmente todas as esferas de governo devem contribuir e se comprometer com o assunto (VECCHIO et al., 2015).

No Brasil, todas as esferas de governo têm a obrigação de assegurar à sua população o exercício dos direitos sociais nos quais estão inclusos: “direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social,

à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Esse exercício é disposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Historicamente, a maioria dos projetos e políticas públicas de combate à fome não foram bem sucedidas no Brasil. Por isso a elaboração da Losan foi fundamental no processo de construção da SAN no país. (BEZERRA et al., 2014).

Atualmente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) utilizado no Brasil segue o artigo 3º da LOSAN no qual articula:

Art. 3º: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, Lei).

O governo municipal é o responsável direto pela aplicação da LOSAN. Para tal organizam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para que as políticas acerca da aplicação dessa Lei sejam realizadas.

Os dados sobre a fome no município são escassos, o que torna difícil analisar o estágio de vulnerabilidade da população. O Mapa do Fim da Fome de 2001 é o documento que possui os maiores censos sobre a fome no Estado do Paraná. No entanto, não há detalhamento sobre os municípios separadamente, além de ser ultrapassado nos dias atuais (FGV, 2001).

O presente trabalho tem como objetivo analisar a aplicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) no Município de Castro – Paraná, a partir da ação dos CRAS. Espera-se, assim, um maior conhecimento sobre a realidade de combate à fome e miséria do município, bem como, contribuir para a melhor compreensão desse assunto por toda a comunidade.

CAPÍTULO 1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASTRO.

No município de Castro, a Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social é o órgão responsável pelo combate às desigualdades e situações de fome. Esse órgão possui diversas ferramentas para que as ações sejam feitas de modo eficaz. Uma delas é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cujo objetivo é a prevenção contra as situações de vulnerabilidade do município.

A Secretaria, em conjunto com seus instrumentos, é responsável pela aplicação de políticas públicas relacionadas à fome. Essas são relevantes para o avanço da cidade e para o combate à sua miséria.

Todas as ações são feitas a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ferramenta que identifica famílias de baixa renda através de diversas características como escolaridade, renda e residência. O cadastramento no CadÚnico é feito pelos CRAS, sendo eles os responsáveis pelo mesmo (MDS, 2015).

Entre as políticas contempladas pelo CadÚnico estão: Programa Bolsa Família, Programa Brasil Carinhoso, Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Solidiedade, entre outros benefícios eventuais (ROCIO, 2012).

O requisito mais relevante para que uma família consiga esses benefícios, é que seus integrantes recebam menos de um salário mínimo por pessoa ou que mensalmente ganhem até três salários mínimos (MDS, 2015).

Além de ser um censo da situação de pobreza das famílias brasileiras, o banco de dados do CadÚnico consiste em um método tecnológico eficaz na aplicação dessas políticas públicas (ROMERO, 2011).

1.1 VULNERABILIDADE E LOSAN

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a ideia de Vulnerabilidade Social é um conceito que amplia o entendimento de pobreza e dos direitos considerados indispensáveis a todo e qualquer cidadão (IPEA, 2015, p. 12-13).

Já para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a vulnerabilidade social vai muito além da insuficiência de renda. Ela remete a condições que podem estar relacionadas com: a infraestrutura urbana do local (saneamento e coleta de lixo);

capital humano, relacionado à educação e saúde e renda e trabalho, pertinente às condições de trabalho e rendimento domiciliar (IPARDES, 2010).

Para Monteiro (2011), em um contexto social, a vulnerabilidade é consequência de diversos fatores, que podem afetar todos os grupos populacionais. Apesar de difícil resolução, essas condições podem ser revertidas através de políticas públicas e de ação social.

Assim, integrando esses conceitos, a vulnerabilidade é uma situação onde os direitos básicos não são respeitados. É no cenário da aplicação de leis, que garantem o acesso aos direitos, que a LOSAN vai ser analisada.

De acordo com a Lei, a alimentação é um direito fundamental de todos, sendo indispensável também para a construção do direito à cidadania destes. A definição de segurança alimentar da LOSAN é a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]” (BRASIL, Lei).

De acordo com Monteiro (2011, p. 35), a redução da vulnerabilidade acontece através do fortalecimento daqueles que sofrem desse mal. Nesse caso, leis como a LOSAN são fundamentais para a garantia de que as pessoas vulneráveis consigam resolver esta situação social.

O conceito de vulnerabilidade engloba diversos aspectos da vida de um ser humano, que podem estar relacionados à saúde, educação e segurança. Se um desses fatores não se encontra nas condições mínimas desejáveis para o bem estar desse indivíduo, acarreta no agravamento dos outros e assim por diante. Como a vulnerabilidade passa a ser um ciclo na vida dessa população, a problemática é de difícil resolução e necessita de apoio de várias áreas sociais (RINCO et al., 2012).

CAPÍTULO 2. APLICAÇÃO DA LOSAN EM CASTRO

Neste trabalho foi realizado um levantamento de dados sobre a situação de vulnerabilidade no município de Castro – Paraná, bem como dos programas de combate e a eficácia destes.

Foram realizadas entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, CRAS Consulesa Helena Van Den Berg, CRAS Luiz King e CRAS Socavão, localizados em Castro.

Ao todo, foram feitas quatro entrevistas, sendo duas delas com dois entrevistados ao mesmo tempo. Seis profissionais especializados (entre assistentes sociais e coordenadores) com o trabalho e auxílio a famílias vulneráveis e em situação de risco foram entrevistados.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de março a junho de 2016. As entrevistas temáticas ou semiestruturadas foram organizadas visando assegurar que os entrevistados pudessem responder as questões mais relevantes ao entendimento da fome e da vulnerabilidade no município de Castro (Apêndice A).

A Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social localiza-se no centro da cidade de Castro e tem a função de coordenar todas as políticas públicas referentes ao desenvolvimento socioeconômico das famílias vulneráveis da cidade.

O CRAS Luiz King foi fundado em 2015 e localiza-se no bairro Vila Santa Cruz, também no perímetro urbano de Castro. Esse CRAS tem capacidade de atendimento de até cinco mil famílias e atende os perímetros da Vila Santa Cruz, Vila Rosário, Tronco, Pedras, Guabiroba, Santa Leopoldina, entre outros bairros.

O CRAS Consulesa Helena Van Den Berg localiza-se no bairro Jardim Arapongas, no perímetro urbano da cidade e abrange os bairros: Jardim Arapongas, Canta Galo, Canta Galo II, Morada do Sol, Padre Piva, Perpétuo Socorro, Castrolanda, entre outros bairros.

O CRAS Socavão encontra-se no centro do distrito do Socavão, a cerca de 40 km da cidade de Castro. Faz parte da área rural da cidade e abrange todas as comunidades que se encontram por perto, entre 20 e 25 km de distância.

Para as entrevistas, ocorreu uma seleção de temáticas relativas ao objeto de pesquisa – aplicação da LOSAN no município de Castro – para que o entrevistado pudesse discorrer sem interferência do pesquisador. Sendo assim, a metodologia desenvolvida foi qualitativa e documental, a partir dos dados fornecidos pelos entrevistados.

A Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social foi identificada como A, o CRAS Consulesa Helena Van Den Berg como B, o CRAS Luiz King como C e o CRAS Socavão como D, de acordo com a ordem em que as entrevistas se passaram.

Na realização das entrevistas, foi aplicado o questionário apresentado no Apêndice A. As perguntas foram elaboradas de acordo com os tópicos mais relevantes ao entendimento da vulnerabilidade do Município de Castro.

2.1. VULNERABILIDADE EM CASTRO

Dentre os problemas que mais indicam a situação de vulnerabilidade de Castro, todos os entrevistados relataram o desemprego como sendo o principal fator para que isso ocorra. No entanto, C relata que conflitos familiares, violência e falta de qualificação profissional também contribuem, principalmente entre mulheres e idosos.

A situação de pobreza faz com que a demanda por cestas básicas seja muito alta. Atualmente cada CRAS recebe 30 cestas básicas por mês, número ainda insuficiente, uma vez que, cada um desses centros atende diversos bairros da cidade.

De acordo com os entrevistados, as cestas básicas são utilizadas somente em casos emergenciais, portanto é feita uma seleção entre as famílias que as solicitam. Sendo que apenas as que se encontram em situação de extrema pobreza podem recebê-las.

A precariedade nas áreas rurais também se dá principalmente pela falta de emprego, mas isso está relacionado com o fato de grande parte da população ainda ser analfabeta. Foi relatado por D que trabalhos temporários no campo amenizam a situação, porém, atualmente existe uma escassez dessa mão de obra, o que dificulta o acesso a alimentos e saúde adequados.

Outro fator que colaborou com a vulnerabilidade nas áreas rurais foi a introdução de máquinas na colheita de feijão, soja e milho. Isso fez com que diminuísse a colheita manual e consequentemente também o número de empregos. Atualmente, muitas dessas pessoas sobrevivem através da colheita de batatinhas, porém, quando há pouco plantio, percebe-se um aumento no número de roubos nessas regiões.

Segundo os entrevistados B, a fome está associada com diversos fatores, sendo eles: socioeconômicos, moradia inadequada, fragilidade familiar e saúde. A fome leva os indivíduos a fazerem qualquer coisa para obtenção de alimentos, pois é uma necessidade básica. É por isso que essas pessoas precisam de todo auxílio possível.

Apesar disso para A, é possível que parcela da população que se encontra vulnerável esteja assim por falta de vontade ou esforço suficiente para sair da linha de pobreza.

Para o entrevistado D, vulnerabilidade e fome estão diretamente relacionadas e envolvem saúde precária, porque muitas das pessoas acabam procurando restos de comida para sobreviver. Pais procuram vagas nas escolas mais pela alimentação do que pelo próprio estudo dos filhos, para aliviarem seu sofrimento e saciar sua fome.

A fome e a vulnerabilidade existem em todos os lugares sem exceção, sendo algo crônico e histórico em todo o país. Em Castro, as áreas onde se encontra a maior pobreza são aquelas onde há alagamento e conseqüente perda de bens materiais e alimentos.

Locais de ocupação irregular, mais conhecidas como áreas de invasão também são locais onde se encontram situações de fragilidade. Entre os bairros urbanos com maior vulnerabilidade estão: Arapongas, Primavera, São Francisco, Canta Galo 2 e Nossa Sra. das Graças.

Na área rural o foco da pobreza está no centro da comunidade, ou também denominado de “vila”. Isso ocorre pela falta de terreno para cultivo de hortaliças e animais. O problema com as drogas também é maior onde a população apresenta maior densidade. Nessa área, existem cerca de 40 comunidades que se encontram entre 20 e 25 km do centro do distrito. Nessas comunidades a precariedade é eminente, entretanto, a maioria ainda possui um terreno maior para subsistência.

Quando questionados sobre as situações mais críticas já observadas durante seu tempo de trabalho em Castro, os entrevistados relataram diversos casos, que apesar de não serem tão comuns, ainda afetam parte da população mais vulnerável.

No estabelecimento A foram relatados dois casos de extraordinária vulnerabilidade. No primeiro, a casa de uma família era afetada durante as chuvas e eles acabavam perdendo todos os seus pertences. Além disso, o esgoto passava diretamente por dentro da casa, causando mau cheiro e situação extremamente deplorável de saneamento básico.

O segundo caso relatado constituiu da desocupação de uma área de ocupação irregular no bairro São Miguel, no qual a justiça determinou o derrubamento dessas casas com tratores. Famílias tiveram que carregar seus móveis na chuva sem ter para onde ir.

Casos de ocupação irregular também foram relatados por B, que explicou que normalmente as famílias que vivem nesta situação são aquelas que já receberam um benefício de moradia em um conjunto habitacional, porém, pela falta de recursos e por acreditarem que podem receber novamente o benefício acabam vendendo a propriedade e perdendo a moradia.

O órgão B descreveu também um caso no distrito de Guararema, de Castro, onde a taxa de natalidade era muito alta em uma família, sendo o marido o responsável pelos partos de sua esposa. Ao todo oito crianças foram concebidas de forma precária, tendo seus cordões umbilicais cortados com uma colher quente.

Além da extrema pobreza, recebendo aproximadamente um salário mínimo e auxílio da Bolsa Família para toda família, ainda havia a situação de alcoolismo, o que torna a situação de fragilidade mais grave.

O entrevistado D relata casos de pessoas que não possuíam documento algum, ou seja, pessoas que não foram registradas em seus nascimentos por várias gerações da família. Isso faz essa pessoa ser “inexistente” e não poder reivindicar todos os seus direitos e benefícios.

No interior também existe grande quantidade de famílias passando fome, entre elas Quilombolas, que solicitam cestas básicas quase todos os dias nos CRAS, mas são insuficientes.

2.2 A ASSISTÊNCIA DOS CRAS.

Os servidores de C, que disponibilizaram um de seus relatórios mensais durante a entrevista mostraram que somente nesta localidade, são atendidas aproximadamente 200 pessoas por mês. Em D, cerca de 50 a 60 famílias são atendidas por mês, com foco no público prioritário.

Para C, os programas do governo Federal que mais têm impacto no combate à fome são: o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que repassa o valor de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência de qualquer idade.

Existem também os Benefícios Eventuais do município como: as cestas básicas e a Bolsa Cidadania, no qual é concedido o valor de R\$ 100,00 durante um período de no máximo seis meses, com capacidade de atender 300 usuários por mês.

Os entrevistados - A, B e D concordam que o Programa Bolsa Família é o que mais auxilia na erradicação da miséria. Isso por que existem pré-requisitos que asseguram os direitos à participação no programa. Por exemplo: vacinas em dia e acompanhamento médico das crianças, pré-natal para gestantes e frequência mínima na escola para crianças e adolescentes (MDS, 2016). Os dados compilados das políticas públicas mais relevantes em Castro se encontram no Quadro 1.

Quadro 1. Políticas públicas de maior impacto em Castro de acordo com entrevistados. (Fonte: o autor; MTPS, 2016; CASTRO, 2016; MDS, 2016).

Programa	Benefício	Duração	Foco	Condicionabilidade
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Um salário mínimo (R\$ 880,00).	Dois anos (após isso é feita nova avaliação).	Pessoas idosas e deficientes.	Renda mensal por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo.
Bolsa Cidadania	R\$ 100,00	Seis meses (podendo prorrogar em casos extremos).	Famílias em situação de vulnerabilidade social.	Renda per capita de até meio salário mínimo; acompanhamento de serviço social municipal.
Programa Bolsa Família	Soma dos vários tipos de benefícios previstos no programa, que variam entre R\$ 35,0 – R\$ 77,0.	-	Famílias de baixa renda e que tenham crianças e adolescentes.	Renda per capita de R\$77,0 a R\$154,00; acompanhamento médico e frequência mínima na escola.

Toda e qualquer pessoa que receba a renda mínima necessária comprovada para inclusão no Programa Bolsa Família pode participar do mesmo. As mulheres são a maioria dessa população, uma vez que, todo cadastro é feito somente em seus nomes. De acordo com os entrevistados muitas das pessoas beneficiadas são mulheres grávidas, mulheres separadas ou deficientes que tenham renda per capita menor que R\$ 154,00. Crianças em situação de vulnerabilidade, sem condição alguma e que sofreram abusos também entram nessa maioria de atendidos pelos programas e pelos CRAS.

O programa permite a participação desses beneficiados em cursos de ensino profissionalizante como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Para A, esta é a chance que as pessoas de baixa renda têm de competir no mercado de trabalho com aquelas que tiveram melhor renda e oportunidades de maneira igual.

Os servidores B relatam que a evolução das pessoas durante os programas acontecem em longo prazo, sendo muito difícil a emancipação dos mesmos. A alta rotatividade de funcionários dos estabelecimentos públicos também dificulta o processo de acompanhamento das famílias, portanto muitos acabam desconhecendo a situação atual das pessoas atendidas em um período mais antigo.

Para C, os CRAS têm um impacto muito grande na vida de pessoas vulneráveis, pois se tornam um refúgio, podendo até causar certa dependência. Juntamente com os programas de auxílio financeiro, ainda são feitas visitas domiciliares e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que visa fortalecer as relações familiares e da comunidade como um todo.

Para D, o impacto dos programas na vida das pessoas é mínimo, pois a evolução só ocorreria quando essas não precisassem mais dos benefícios. Apesar de o Programa Bolsa Família incentivar crianças e adolescentes a irem para a escola, muitos acabam voltando para sua região ao se formarem e muitas crianças acabam abandonando a escola antes do tempo.

Entre os pontos negativos, foi relatada a dependência dos beneficiários, que acreditam que o auxílio será sempre oferecido a eles. Muitas das pessoas perdem a vontade de melhorar suas vidas e acabam ficando dependentes desses programas. A falta de prazos para acompanhamento das famílias e a demora do governo em verificar a situação delas é uma das falhas que causam comodismo e dependência. Para B, ainda faltam estímulos para criar

autonomia dessas famílias. E, além disso, programas como a Bolsa Família ainda são muito complexos para o entendimento do público alvo e ainda devem ser aprimorados.

Apesar de existirem diversos pontos negativos, os pontos positivos dessas políticas públicas no combate à fome e à miséria ainda prevalecem. Foram citados pontos como a frequência dos alunos nas escolas; fortalecimento do vínculo entre as famílias que procuram assistência; aliança dos diversos setores públicos como saúde, educação, assistência social e profissionalização em prol da sociedade.

Para o entrevistado D, muitas crianças têm seus sonhos acabados após o 9º ano do ensino fundamental, pois é grande o deslocamento até os colégios de ensino médio. Além disso, os jovens são frustrados pelas grandes empresas que não oferecem oportunidades para as pessoas das áreas rurais.

Também foi relatado que as pessoas que trabalham nos CRAS da área rural acabam tendo dificuldades em orientar seus atendidos. Isso porque não tem como incentivar os jovens a deixarem suas casas e praticarem o êxodo rural.

Os programas citados no Quadro 1 são políticas públicas que estão diretamente associadas com a LOSAN, isso porque parte de seus objetivos estão dentro das disposições da mesma.

No Decreto Nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004 do Programa Bolsa Família, consta em seu artigo 4º os objetivos desse. O item II aborda o “combate à fome e a promoção de segurança alimentar e nutricional”. Ou seja, parte desse benefício é destinada à alimentação das famílias vulneráveis, portanto está associada com os princípios descritos na LOSAN (BRASIL, Decreto, Seção 1, p. 2).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também determina que sejam cumpridos aspectos relacionados à LOSAN. Isso fica em evidência no Artigo 1º do Decreto Nº 6.214, de 26 de Setembro de 2007:

“§ 3º A plena atenção à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiário do Benefício de Prestação Continuada exige que os gestores da assistência social mantenham ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e educação” (BRASIL, Decreto, Capítulo 1, p. 2).

Por fim, a Bolsa Cidadania disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Castro, cujo objetivo contido em seu Artigo 1º é de auxiliar “pessoas ou famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de risco social” e relaciona-se essencialmente com o item III da LOSAN no qual mostra que a SAN abrange “a promoção da

saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social” (CASTRO, Lei; BRASIL, Lei).

CAPÍTULO 3. A VULNERABILIDADE E SUA INSERÇÃO NA REALIDADE SOCIAL DE CASTRO

A partir das entrevistas é possível fazer a análise de que a vulnerabilidade não é estática. As pessoas e famílias podem mudar para dentro ou fora dessa linha durante todo o tempo. Isso pode ser causado pelo estágio no ciclo de vida atingido pela pessoa, sazonalidade do trabalho e da produção agrícola, problemas de saúde, violência e insegurança (Figura 1.).

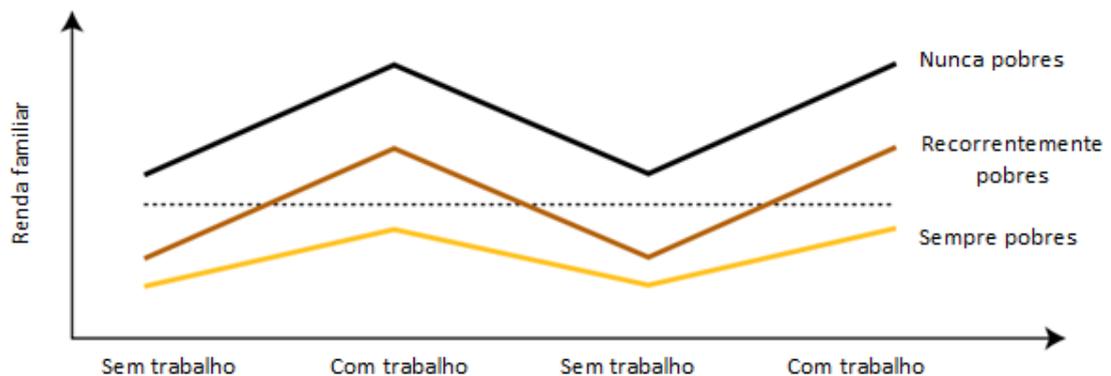


Figura 1. Relação entre os ciclos de renda e a falta de trabalho (Fonte: Goulden, 2010).

No gráfico de Goulden (2010), é possível observar que existe uma relação direta entre renda familiar e a presença ou ausência de trabalho durante o tempo. Parte da população está sempre acima da linha de pobreza, portanto apesar das variações da economia, não entram nessa categoria.

A parte da população que se encontra abaixo da linha da pobreza é aquela que passa por situações de vulnerabilidade em seu cotidiano, sendo que mesmo com trabalho ou não, não conseguem sua ascensão e conseqüente emancipação econômica.

Os fatores que levam a população a serem recorrentemente pobres ou estarem abaixo da linha de pobreza, verificada no estudo de Goulden, são principalmente a falta de trabalho, conflitos familiares, falta de escolaridade, saúde precária, violência e uso de drogas. O fato de muitas pessoas vulneráveis serem da área rural também é um fator importante, já que passam por um processo de exclusão social. A situação de vulnerabilidade relacionada à fome pode ser verificada no Quadro 2.

Quadro 2. Resumo das Respostas ao Questionário Sobre as Situações de Vulnerabilidade e Fome em Castro (Fonte: o autor).

Situações de Vulnerabilidade de Acordo com os Dados Compilados das Entrevistas				
Locais	A	B	C	D
Situações que levam famílias atendidas à fome:	Desemprego; ocupação irregular; baixa escolaridade; falta de saneamento básico; algumas famílias passam por necessidades alimentares também pela falta de orientação e não sabem transformar os alimentos. (dar ênfase a esse aspecto na discussão).	Desemprego; moradia inadequada; conflitos familiares; saúde precária; ocupação irregular; alcoolismo.	Desemprego; conflitos familiares; violência; ocupação irregular; educação precária;	Desemprego; analfabetismo; baixa escolaridade; troca de mão de obra por maquinários nas lavouras; pessoas sem documentação adequada (ex.: certidão de nascimento, carteira de identidade); trabalho infantil; uso de drogas.
Quantas cestas básicas são recebidas por mês:	Não aplicável	30 cestas.	30 cestas.	30 cestas.
Onde e como é feita a distribuição de cestas básicas:	Distribuição nos CRAS a partir da contribuição da prefeitura e doações de associações.	Distribuição nos CRAS a partir da contribuição da prefeitura e doações de associações.	Distribuição nos CRAS a partir da contribuição da prefeitura e doações de associações.	Distribuição nos CRAS a partir da contribuição da prefeitura e doações de associações.

No Quadro 2 é possível verificar que são diversas as causas da fome e da vulnerabilidade em Castro. Algumas situações como o desemprego e as ocupações irregulares são comuns em todos os locais entrevistados, enquanto que outros motivos são mais visíveis em determinadas áreas. Por exemplo, a falta de documentação de alguns habitantes da área rural devido ao difícil acesso à área urbana e à falta de escolaridade.

As cestas básicas emergenciais são distribuídas nos CRAS e entregues às em maior situação de precariedade. Ao todo são 30 cestas por estabelecimento ao mês, sendo fornecidas pela prefeitura municipal ou por associações doadoras.

Através da pesquisa de campo foi possível verificar que existe fome tanto na zona urbana como na zona rural de Castro. Isso porque em todos os estabelecimentos foi relatada a insuficiência de cestas básicas e a contínua procura por elas durante todo o ano. Na zona urbana a fome está mais presente nas periferias, já na zona rural, essa é mais visível no centro da comunidade. Ambas as áreas, onde a vulnerabilidade se encontra, são locais com maior concentração de habitantes.

Comparando as duas áreas municipais a partir dos resultados da entrevista, foi verificado que a zona rural é a que está mais propícia aos eventos de vulnerabilidade. Isso se deve à baixa escolaridade e ao isolamento dos indivíduos devido à distância dos centros urbanos.

Além da fome, as entrevistas mostraram que existem outros fatores os quais a população vulnerável vivencia que podem também serem relacionados a ela. A saúde precária é um dos elementos que tem influência da fome, da baixa escolaridade, do desemprego e assim por diante. As boas ou más condições em que as famílias vivem também afetam diretamente esse aspecto, tornando árdua a tentativa de ascensão social.

Outro elemento recorrente da vulnerabilidade é a baixa escolaridade e falta de informações dessas pessoas. Devido a isso, muitos não conseguem empregos melhores e muito menos têm conhecimento de seus direitos como cidadão.

De acordo com o segundo parágrafo do Artigo 2º da LOSAN, o poder público é o maior responsável por proporcionar o direito à alimentação entre seus cidadãos. Isso é algo existente e aplicado em todos os locais entrevistados em Castro devido a todas as políticas utilizadas pelos órgãos públicos no município. A lei articula que:

“§ 2º é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.” (BRASIL, Lei).

Além dos servidores públicos que atuam diretamente na redução da fome e da miséria, profissionais das áreas de Tecnologia em Alimentos e Nutrição podem colaborar. Isso porque de acordo com o item IV do Artigo 4º da LOSAN, a SAN:

“TV - compreende a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população” (BRASIL, LEI).

Ou seja, passa a ser um dever também de todos os profissionais atuantes dessas áreas, que proporcionem uma alimentação saudável e de qualidade para que toda a população possa viver dignamente.

Mesmo com a existência da LOSAN, a fome se encontra em todos os locais destinados a implantar as políticas públicas referentes a seu combate. Isso comprova a complexidade do assunto e mostra que apesar de todos os esforços tomados por seus servidores não é suficiente para abastecer toda a população necessitada.

Com base em todos os dados que foram reunidos durante as entrevistas, foi possível analisar a aplicação da LOSAN no Município de Castro, a partir das ações dos CRAS e da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, bem como a aplicação de políticas públicas de combate à fome e vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

O estudo possibilitou maior entendimento no que se trata das condições atuais de fome e vulnerabilidade no município de Castro. Foi constatada uma grande preocupação acerca do problema pelos órgãos públicos entrevistados. Apesar da melhoria pela qual a cidade tem passado, é visível que ainda há muito trabalho a ser feito para que a parcela da população que se encontra em situação de extrema miséria seja atingida. A pesquisa mostrou também que apesar de ser um trabalho constante da Prefeitura e das políticas públicas, os cidadãos da localidade também podem oferecer contribuição nessa evolução a partir de sua participação.

Através da pesquisa foi possível entender que a vulnerabilidade toma várias formas no município, sendo que cada caso ocorre de forma singular e nem sempre as medidas tomadas são as mesmas. Os órgãos entrevistados tentam buscar soluções de acordo com o histórico familiar e as condições em que se encontram.

A LOSAN precisa ser reforçada, pois sua aplicação é imprescindível por ter relação direta com a vulnerabilidade social e com as políticas públicas relacionadas ao combate à fome. O trabalho também permitiu entender a importância de áreas como a de Tecnologia em Alimentos e dos profissionais da mesma para contribuir em questões de vulnerabilidade relacionadas à fome e no auxílio ao seu combate.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. A **Fome Como Força Social: Fome e Paz**. Revista Pourquoi, ed. especial, 1967.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

PINHEIRO, A. R. O; CARVALHO, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, n.1, p.121-130, 2010.

LEÃO, M. *et. al.* **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. 263 p. Brasília: ABRANDH, 2013.

ONU. **Resolução nº 217-A de 10/12/1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em 28/05/2016.

BEZERRA, I. C; ISAGUIRRE, K. R. Direito humano à alimentação adequada (DHAA): a discussão da “geografia da fome” à sua proteção jurídica no Brasil. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 675-692, 2014.

VECCHIO, M. C. D; ARAÚJO, R. T; JÚNIOR, H. A; MONTEIRO, P. C. L; VENTURINI, A. F; PINHEIRO, L. O Papel do Município na Efetivação das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ensaio Cienc., Cienc. Biol. Agrar. Saúde**, v.19, n.2, p. 75-80, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 25/08/2015.

IBGE. **Cidades – Castro – Paraná**. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410490&search=parana|castro|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 11/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO. **Dados Gerais**. <<http://www.castro.pr.gov.br/index.php/cidade/dados-gerais>> Acesso em: 05/11/2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FVG. **MAPA DO FIM DA FOME: Metas Sociais Contra Miséria nos Municípios Paranaenses - 2001**. Disponível em:<http://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesq_recentes/ESM_MAPAS_PR.PDF> Acesso em 26/05/2016.

MDS. **Cadastro Único – O que é e para que serve.** Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em 28/05/2016.

ROCIO, A. D; RODRIGUES, C. M, GEBELUKA, R. A. D; LAVORATTI, C. Cras Consulesa Helena Van Den Berg – Castro/Paraná. **VIII Jornada de Estágio de Serviço Social: instrumentais técnico-operativos no Serviço Social**, 2012.

ROMERO, P. R. P; DUARTE, E. E. C. Aplicação do Cadastro Único à Gestão da Política de Assistência Social em Londrina/Pr. **Diprosul**: Pelotas, 2011.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2015.

IPARDES. **Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Paraná – 2010.** Disponível em:< http://www.ipardes.gov.br/pdf/atlas_ivs_resultado_parana.pdf> Acesso em 04/12/2015.

RINCO, M; LOPES, A; DOMINGUES, M. A. Envelhecimento e Vulnerabilidade Social: discussão conceitual à luz das políticas públicas e suporte social. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 15, p. 79-95, 2012.

MTPS. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS).** Disponível em:< <http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>> Acesso em 17/06/2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 set. 2004. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Decreto Nº 6.214, de 26 de Setembro de 2007.** Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 set. 2007. Capítulo 1, p. 2.

CASTRO. Câmara Municipal de Castro - Paraná. **LEI Nº 2.2641/2013 – Programa Municipal de Transferência de Renda – Bolsa Cidadania.** Disponível em: < <http://www.camaracastro.pr.gov.br/anexos/lei2641-2013.pdf> > Acesso em: 16/06/2016.

MONTEIRO, S. R. R. P. O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. **Sociedade em Debate**, v.17, p.29-40, 2011.

MDS. **Condicionalidades da Bolsa Família.** Disponível em: <
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>> Acesso em
15/06/2016.

GOULDEN, C. **Cycles of poverty, unemployment and low pay.** Joseph Rowntree
Foundation, England, 2008. Disponível em: <
[https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/poverty-employment-lowpay-
summary.pdf](https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/poverty-employment-lowpay-summary.pdf)> Acesso em 17/06/2016.

APÊNDICE A: ENTREVISTA

- 1) Quais são os problemas que indicam a situação de vulnerabilidade em Castro?
- 2) Como você associa fome com vulnerabilidade em Castro?
- 3) Porque existem vulnerabilidade e fome em Castro?
- 4) Qual a situação mais precária que já vivenciou durante esse tempo de trabalho?
- 5) Como os órgãos e a Prefeitura atuam?
 - 5.1) Quantas pessoas são atendidas?
- 6) Quais são os programas que mais têm impacto no combate à fome?
- 7) Quais são as pessoas assistidas diretamente por esse programa?
- 8) Como ocorre a evolução das pessoas ao longo dos programas?
 - 8.1) Quais são os impactos na vida destas famílias?
- 9) Pontos positivos e negativos dos programas?

① Desemprego (crise)

4 lista básica
 Bolsa cidadania prozós
 (meio sal. min) → 300 reais.

Gras Consulesa Helene
 Von den Berg.

Castelando, Termas de Riviera, Moada

Dinha Trem +
 Castrovelli

* Prefeitura

- Vulnerabilidade ^{socio-econ.} ^{mordida} ^{alimentos} ^{violência} ^{falta saúde/}
- Família como centralidade ^{frag. familiar} ^{do mundo}
- Emocional afeta.

- Araucária
- Conta Gato
- Conta Gato
- Alvorada
- Perpétuo Securo
- Santa Terzinha
- " Paulo
- Nossa Sra
- groças
- Padre Riva.

② Interligado / os fatores de uma

- ③ Existe em todos os lugares / sem excessos
- Áreas invásão / ocupação irregular
- Vila operária / valorização do espaço
- São Francisco Primavera.

- ④ Políticas assist. social
- Jurídico
- Habitación

} áreas
 prioritárias
 de
 realocação de
 famílias

① Desemprego (crise)

Gras Consulesa Helene Von den Berg

4 lista básica
Bolsa cidadania prozós
(meio sal. min) → 300 reais.

Castelando, Termas de Riviera, Moada

Dinha trem +
Castroveli

* Prefeitura

- Vulnerabilidade ^{socio-econ.} ^{mordida} ^{alimentos} ^{violência} ^{falta saúde/}
- Família como centralidade ^{frag. familiar} ^{do mundo}
- Emocional afeta.

- Araucária
- Conta Gato
- Conta Gato
- Alvorado
- Perpétuo Securo
- Santa Terzinha
- " Paulo
- Nossa Sra
- groças
- Padre Piva.

② Interligado / os fatores de uma

- ③ Existe em todos os lugares / sem excessos
- Áreas invásão / ocupação irregular
- Vila operária / valorização do espaço
- São Francisco Primavera

- ④ Políticas assist. social
- Jurídico
- Habitacão

} áreas prioritárias de realocacão de famílias

→ Assist - soc. → vínculos ⁷
fortalecimento
perfis de famílias
relocação comunitária
eventos (ex. contra violência
etc).

→ áreas Prevenção
áreas Visão

⑤ → Referenciamento / vez ou outra 6.000

→ mês

PAIF → grupos focalizados

⑥ Bolsa Família: * é uma forma
função c/ Brasil c/ miseris contínua
Paraná repassa

⑦ Todas as famílias que se enquadram
4 R\$ 154/pessoa
↳ famílias c/ crianças/gravidas

⑧ A longo prazo.
↳ são focos (Prontatc / Senai)
↳ preferências.

→ Dificil Emonapação do programa

→ Rotatividade de profissionais dificulta

→ (Kaio) Guararema : 8 filhos
 quase 1 sal. min
 bolsa fam.
 alcoolismo.
 marido fezio partes de
 mulher e cortava cadão
 umbilical of cabo da colher
viú + miserabilidade.

(Tássio), Famílias morando em baixo de
 lonas
 matar cães de rua p/ comer.
 (não)

3 ger. s/docs
 faltas de oportunidades

* Luxar todo mundo p/ trabalhar junto.

⑨ Positivos → alcance dos setores
 → saúde, educação, assistência
 profissionalização.

Negativos → muitas falhas

(Kaulo) → Comedismo na população pelo
 falta de projetos p/ acompanhamento.

→ Dependências no Programa

→ Falta estimular autonomia das
 famílias.

→ Objetivos

→ Programa ser mais pontual

↳ Demora na resposta do governo em
 cumprir da família.

(Ex. escola longe a cd 2 meses) -
 cronops - - -

→ Complexidade do Programa

↳ confunde a cabeça de
 público estudado

→ Egoísmo.

Gras Ruiz King

- ① Desemprego, saúde
↳ muita demanda de esta básica
↳ sequência.

Falta de qualificação profus.
Conflitos familiares / violência / fragilidade
mulheres / idosos.
↑ nível alto.

→ 30 ações básicas

- ② Pessoas precisam de ajuda
↳ necessidade básica
↳ Faz qualquer coisa.

* Autonomia
das famílias
& vínculo.

- ③ Sistema de muitos anos.
Histórico

- ④ Moradia, muitos casos de invasão
Vendem → conjunto habitacional (benefício).

- ⑤ Encaminhamento
PAIF → acompanhamento maior.

mês: janeiro 133
 [200/mês]

6) Cesta (Benefício Oportunidade) → emergência

* Bolsa Adicional

Bolsa Família

BPC → def. ou idosos

7) Maiores mulheres (separadas)

↳ pessoas com deficiência

8) Acompanhamentos - PAIF

visitas domiciliares

~~para~~ serviço de convivência e

Fort. de Vínculos.

(crianças adolec.)

(idosos) < 60 anos.

↳ Impacto

↳ elas viram um refúgio / dependência

9) Dependência dos benefícios
 acham que é p/ sempre.

- ① Desemprego ; pessoas ficam sem renda . Acesso aos alimentos e à saúde . Boiás-frias , porém , são escassos . Muitas pessoas analfabetas .
- ② Quando a pessoa sente fome a saúde fica precária ; restos de comida .
As crianças sofrem muito , pais procuram vagas escolas pela alimentação .
- ③ No Searão s' pela falta de emprego . A tecnologia afetou bastante nas pequenas empresas .
Arranca de feijão , soja e milho passou a ser feita com máquinas .
Arranca de batatinhas ajuda , mas quando não tem , o número de roubos aumenta .
→ A comunidade precisa se sentir digna e não soluções de momento .
- ④ Vila (centrinho)
± 40 comunidades , mas distante .
→ Foco da pobreza aumenta , não tem terreno p/ cultivar horta , ter animais .
Problemas com drogas .

④ Casos de ~~qto~~ pessoas que "nem existem".
Não possui documentos.

→ Famílias sem ter o que comer.
Quilombolas querendo cestas básicas
todo dia (3 a 4 famílias).

⑤ Acompanhamento e/ou atendimentos p/ família:

PAIF

inclusão dos benefícios municipais

Bolsa Família

50 a 60 famílias / mês.

* Foco no público prioritário.

⑥ Bolsa Família, monitorar frequência das crianças. Há muito trabalho infantil no interior ainda, trabalha na roça.

⑦ Mais crianças em situação de vulnerabilidade, sem condições, abusos.

⑧ Impacto é mínimo. A evolução seria quando não precisassem mais dos benefícios.

Na vila tem Ensino Médio.

Voltam p/ sua região e não evoluem mais.

→ Muitos abandonam escola.

* Cooperativa

→ Muitos acabam c/ seus sonhos após 9º ano

⑨ Positivo → obriga as crianças a ficarem na escola.

* Previsão de muita ajuda.

→ Grandes empresas frustraram os jovens, pois não tiveram ~~gras~~ oportunidades de entrar.

↳ Pessoal do Gras tenta falar c/ as empresas p/ vagas p/ pessoal do interior.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor¹: _____

CPF¹: _____ Código de matrícula¹: _____

Telefone¹: (____) _____ e-mail¹: _____

Curso/Programa de Pós-graduação: _____

Orientador: _____

Co-orientador: _____

Data da defesa: _____

Título/subtítulo: _____

Tipo de produção intelectual: () TCC² () TCCE³ () Dissertação () Tese

Declaro, para os devidos fins, que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais,
- do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente da UTFPR; e
- que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de idéias, textos, tabelas ou ilustrações (quadros, figuras, gráficos, fotografias, retratos, lâminas, desenhos, organogramas, fluxogramas, plantas, mapas e outros) transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação da referência.

Assinatura do Autor¹

Local e Data

¹ Para os trabalhos realizados por mais de um aluno, devem ser apresentados os dados e as assinaturas de todos os alunos.

² TCC – monografia de Curso de Graduação.

³ TCCE – monografia de Curso de Especialização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO, DISSERTAÇÕES E TESES NO PORTAL DE INFORMAÇÃO E NOS CATÁLOGOS ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UTFPR

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UTFPR a veicular, através do Portal de Informação (PIA) e dos Catálogos das Bibliotecas desta Instituição, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o texto da obra abaixo citada, observando as condições de disponibilização no item 4, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, visando a divulgação da produção científica brasileira.

1. Tipo de produção intelectual: () TCC¹ () TCCE² () Dissertação () Tese

2. Identificação da obra:

Autor³: _____

RG³: _____ CPF³: _____ Telefone³: (____) _____

e-mail³: _____

Curso/Programa de Pós-graduação: _____

Orientador: _____

Co-orientador: _____

Data da defesa: _____

Título/subtítulo (português): _____

Título/subtítulo em outro idioma: _____

Área de conhecimento do CNPq: _____

Palavras-chave: _____

Palavras-chave em outro idioma: _____

3. Agência(s) de fomento (quando existir): _____

4. Informações de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Total⁴ () Parcial⁴ () Não Restringir

Em caso de restrição total, especifique o por que da restrição: _____

Em caso de restrição parcial, especifique capítulo(s) restrito(s): _____

Local e Data

Assinatura do Autor³

Assinatura do Orientador

¹ TCC – monografia de Curso de Graduação.

² TCCE – monografia de Curso de Especialização.

³ Para os trabalhos realizados por mais de um aluno, devem ser apresentados os dados e as assinaturas de todos os alunos.

⁴ A restrição parcial ou total para publicação com informações de empresas será mantida pelo período especificado no Termo de Autorização para Divulgação de Informações de Empresas. A restrição total para publicação de trabalhos que forem base para geração de patente ou registro será mantida até que seja feito o protocolo do registro ou depósito de PI junto ao INPI pela Agência de Inovação da UTFPR. A íntegra do resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE EMPRESAS

Empresa: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Endereço completo: _____

Representante da empresa: _____

Telefone: (____) _____ e-mail: _____

Tipo de produção intelectual: () TCC¹ () TCCE² () Dissertação () Tese

Título/subtítulo: _____

Autor³: _____ Código de matrícula³: _____

Orientador: _____

Co-orientador: _____

Curso/Programa de Pós-graduação: _____

Como representante da empresa acima nominada, declaro que as informações e/ou documentos disponibilizados pela empresa para o trabalho citado:

() Podem ser publicados sem restrição.

() Possuem restrição parcial por um período⁴ de _____ anos, não podendo ser publicadas as seguintes informações e/ou documentos: _____

() Possuem restrição total para publicação por um período⁴ de _____ anos, pelos seguintes motivos: _____

Representante da empresa

Local e Data

¹ TCC – monografia de Curso de Graduação.

² TCCE – monografia de Curso de Especialização.

³ Para os trabalhos realizados por mais de um aluno, devem ser apresentados os dados de todos os alunos.

⁴ O período de restrição parcial ou total deste Termo deve ser igual ao período definido em termo específico estabelecido entre UTFPR e a empresa. A íntegra do resumo e os metadados ficarão disponibilizados.